

---

# Entrelaçamentos possíveis: Fórum de EJA, programa “Cidadão Nota Dez” e expe- riências significativas em arte

CLÁUDIA REGINA DOS ANJOS\*

LUIZ OLAVO FERREIRA FONSECA\*\*

---

## Resumo

*Neste artigo, discute-se o espaço e o tempo de aprendizagem de arte no programa “Cidadão Nota Dez” (CND). Refletindo sobre o processo de alfabetização de jovens e adultos que, por motivos diversos, não foram alfabetizados na infância, buscou-se responder ao questionamento de qual é o espaço/tempo que o ensino/aprendizagem de arte ocupava nesse processo desenvolvido no CND, quais expressões artísticas são desenvolvidas pelas educadoras em suas aulas e como isso ocorre.*

**Palavras-chave:** Fórum de EJA. Programa “Cidadão Nota Dez”. Experiências significativas em arte.

---

\* Licenciada em Desenho e Plástica (1992), especialista em Arte/Educação (1994), em Educação Comunitária (2008) e Mestra em Educação pela PUC/Minas (2008). Doutoranda em Criação, Crítica e Preservação da Imagem/EBA/UFMG. Artista e professora de Arte da Rede Municipal de Belo Horizonte. Pesquisadora do EDUC/PUC Minas, integrante do grupo de pesquisa Ensino de Arte e Tecnologias Contemporâneas (EBA/UFMG). Integrante do Grupo Articular do Fórum Metropolitano e Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

\*\* Graduado em Educação Física – Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde foi o coordenador do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da SMED-BH, exercendo, atualmente, o cargo de diretor da Escola Municipal Tupi-Mirante. Foi professor assistente da Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais, do curso de aperfeiçoamento em Educação e Saúde na Escola, da Face-UFMG e professor do ensino superior na área de Educação Física e Tecnologias da Informação. É professor do curso de Pós-Graduação Especialização lato sensu em Docência da EJA na Educação Básica Especificidade Juventudes presentes na Educação de Jovens e Adultos. Foi o editor responsável pela REVÉJ@ – revista de Educação de Jovens e Adultos e participa do Grupo Articular do Fórum Mineiro de EJA. Atua com consultoria e assessoria nas áreas de Educação Física Escolar, EJA, Gestão e Coordenação Pedagógica.

## Introdução: o programa “Cidadão Nota Dez” (CND)

O CND<sup>1</sup> era um programa do Governo de Minas Gerais em parceria com os governos federal e estadual. O programa do governo federal que subsidiava essa ação era o Programa “Brasil Alfabetizado” (PBA), que acontecia nos municípios por meio de parcerias com o Ministério da Educação, com o financiamento do FNDE. Ele tinha como princípio a alfabetização de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental por razões diversas. Em Minas Gerais, o governo estadual aderiu ao PBA por meio da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e do Norte de Minas (Sedvan) e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene).

O CND era ofertado em mais de 200 cidades do Estado de Minas Gerais, em municípios da área de abrangência da Sedvan. Em sua maioria, são cidades do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri, do Vale do Rio Doce e, ainda, alguns municípios da Zona da Mata e da região central do Estado. Nessas regiões se concentram as menores taxas de alfabetismo em Minas Gerais e, historicamente, apresentam baixa qualidade dos indicadores socioeconômicos.

O programa tinha como proposta a construção do conhecimento mediante o desenvolvimento das habilidades necessárias para a utilização da leitura e da escrita. Uma de suas metas era a criação de bases para que os educandos do CND tivessem condições avançar na sua formação educacional, assim como melhorar de maneira significativa sua qualificação para o trabalho. A promoção de uma cidadania ativa também fazia parte dos objetivos propostos pelo CND.

Um dos pilares do programa era a proposta de formação dos educadores e coordenadores que atuavam diretamente com os

educandos em oficinas, palestras, acompanhamento e análise das atividades dessa rede de educadores. Dentre seus objetivos, destacamos a superação do analfabetismo nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, promovendo o acesso à educação como direito de todos; a redução do índice de analfabetismo; contribuir para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); a conscientização para a vivência da cidadania e participação social; a capacitação inicial e continuada alfabetizadores e coordenadores de turma.

## A formação de educadores: relação do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o programa “Cidadão Nota Dez” (CND)

Em dezembro de 2009, o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (Neja), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi convidado a coordenar a formação de um projeto de alfabetização no Estado de Minas Gerais. Essa formação seria voltada para educadores que atuavam em um programa que atendia à alfabetização em mais de 200 cidades do norte/nordeste/centro do Estado.

Aceito o convite, a coordenação do Fórum Mineiro e do Neja reuniu um grupo de formadores interessados em participar dessa ação. Naquele momento, percebeu-se a dimensão do desafio e da complexidade de tal tarefa. Refletimos sobre as possíveis dificuldades que enfrentaríamos, pensando na realidade dos educadores que trabalhariam na zona urbana e na zona rural, considerando, também, que a maior parte do atendimento do programa era em uma região do Estado marcada pela precariedade, falta de materiais

<sup>1</sup> O CND encerrou suas atividades no final de 2009 e passou a ser oferecido, nos mesmos moldes, com outro nome: Programa “Travessia Nota Dez”.

e suportes pedagógicos, mas detentora de imensa diversidade cultural.

Diante desse cenário, definiu-se que a formação dos educadores deveria contemplar um planejamento que privilegiasse o atendimento da diversidade de demandas e condições dos educadores para a prática docente, de forma a contribuir para a melhoria dessas práticas em sala de aula. Deveríamos procurar, assim, estimular a busca, apresentando possibilidades, incentivando a prática de planejar e, sobretudo, que as atividades valorizassem os conhecimentos dos educandos, implicando também os educadores no processo de construção de conhecimento.

A proposta de formação foi construída por um grupo composto de estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, militantes de movimentos do campo, alfabetizadores, educadores de EJA e integrantes de Fóruns de EJA, com formação e experiências de vida diversas. Eles se reuniam periodicamente para discutir os desafios da alfabetização de jovens e adultos, bem como, com base nas experiências e formação de cada um deles, dialogar sobre o material e as metodologias que deveriam ser empregadas na formação.

A metodologia e os instrumentos utilizados pela equipe foram pensados com base em um documento inicial que apontava os objetivos da formação. Como a formação seria feita para multiplicadores, sentiu-se a necessidade de que o foco do trabalho fosse o alfabetizando. Após várias discussões, foram incluídas na proposta de formação temáticas pertinentes àqueles sujeitos, tais como a Educação de Jovens e Adultos, a Educação do/no Campo, a Alfabetização e o Letramento, considerando a realidade local e o lugar onde eles moram, definindo-se, dessa forma, a utilização de instrumentos variados, o que proporcionaria ao alfabetizador a criação de seus próprios materiais.

Dados os acúmulos das discussões realizadas durante os dez anos do Fórum Mineiro, privilegiou-se, naquele momento, a cultura

de cada lugar como o aspecto fundamental para trabalhar em sala de aula. As místicas, dinâmicas de grupos, grupos de trabalho, momentos literários e culturais foram utilizados no processo formativo.

Essa diversidade cultural pode ser percebida durante o acompanhamento feito a uma das formações dos coordenadores de turma, que são os responsáveis pela formação e pelo acompanhamento do trabalho dos alfabetizadores. Essa formação ocorreu na cidade de Palmópolis, no Vale do Jequitinhonha, considerada, em 2010, como a segunda pior cidade para se viver no Estado de Minas Gerais. A cidade é pequena, o mercado formal de trabalho se restringia ao funcionalismo público e às poucas vagas no comércio local. Pequenas plantações eram, basicamente, o meio de sobrevivência das pessoas, que plantavam para o próprio consumo. Em Palmópolis, o CND foi desenvolvido em parceria com a Casa do Artesão, uma associação que reúne algumas mulheres que mantêm viva a cultura de fazer artesanato em argila. É na sede da Casa do Artesão que as artesãs trabalham, onde, também, teve lugar a formação.

No desenvolvimento das atividades da formação, cotidianamente, os cursistas apresentaram músicas, histórias, vivências e experiências da região, o que colaborou muito para a discussão e a construção do planejamento para os alfabetizados, tendo como base os próprios elementos da cultura local apresentados pelos coordenadores.

O grupo de formadores, como equipe de trabalho, fortaleceu-se muito com as idas a campo. As discussões realizadas após cada viagem, durante as reuniões mensais, traziam novos subsídios para o trabalho, além de proporcionar momentos em que todos tomavam conhecimento dos desafios e dificuldades que cada um encontrava e trocavam experiências entre eles, trazendo sempre novos conhecimentos para todos.

A experiência vivenciada pelo grupo de formadores do Fórum Mineiro de EJA contribuiu para novos trabalhos de formação de

alfabetizadores da EJA. Os princípios que nortearam e sustentaram o trabalho com o programa “Cidadão Nota Dez”, tais como o trabalho coletivo, o acompanhamento constante e registro das atividades realizadas, bem como as reuniões de avaliação e de planejamento durante todo o processo, foram de grande valia, mostrando que o Fórum constitui importante instância de colaboração, coordenação e desenvolvimento de programas de formação de educadores para a alfabetização de adultos.

## O ensino/aprendizagem da arte

É recorrente a indagação do que é arte e para que serve, sobretudo na EJA, pensando nesses sujeitos que foram impedidos de acessar ou dar continuidade aos seus processos escolares. Eles carregam consigo as marcas de uma cultura escolar excludente, convivem também com as cobranças de uma sociedade letrada e desigual no aspecto de acesso e sucesso escolar. Dessa forma, a aquisição da leitura, escrita e cálculos matemáticos muitas vezes sobrepõe às outras áreas do conhecimento, sobretudo, a arte.

Embora, neste texto, a reflexão seja sobre as práticas na cidade de Palmópolis, abriremos um parêntese para citar uma prática em uma turma do CND na cidade de Catuti/MG. Ao chegar a uma das salas de aula, o grupo de formadores deparou com um painel com desenhos dos educandos. Estavam contemplando a exposição quando a educadora imediatamente declarou: *É, mas eles não gostam muito de desenhar, não, acham que estão perdendo tempo.*

Essa declaração não foge a regra de outros espaços e lugares da EJA, pois esses sujeitos não tiveram acesso a essa vivência e experiência em arte, menos ainda aos bens artísticos e culturais produzidos pela humanidade.

Além do acesso restrito, esses sujeitos, sobretudo de cidades mais distantes das grandes metrópoles e dos grandes centros comerciais,

tiveram poucas, ou quase nenhuma, experiências significativas em arte na trajetória escolar. Essa falta pode ser entendida como “perda de tempo” ou de pouca “serventia”, sobretudo para trabalhadores rurais. Essa concepção de que a arte ou a sua fruição é para quem entende ou é “culto” – ou seja, nas camadas da sociedade que podiam consumir obras de arte ou que podiam frequentar salões, galerias e museus, onde ficavam hospedadas e guardadas a sete chaves – está se arraigando na cultura brasileira. Essa realidade ainda é transportada para a escola. Aqueles que podiam ir para a Europa estudar arte e outros que ficavam poucos tinham acesso à produção dos artistas; quando muito, tinham acesso às produções dos artesãos, trabalho muito desvalorizado em detrimento dos modelos artísticos e imposições advindos da Europa.

Mesmo tornando-se de caráter obrigatório, o ensino/aprendizagem de arte refletia a concepção de uma arte sem conteúdos, sem reflexão ou, quando muito, balizada em obras de arte europeias, circunscrevendo o ideal/modelo a ser seguido. Essa concepção foi traduzida e difundida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 5.692/1971 (BRASIL, 1971) e Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). A “atividade artística” não pressupõe um planejamento, uma continuidade para que o educando acompanhe e reflita sobre seu processo. Geralmente são atividades isoladas e descontextualizadas e, na maioria das vezes, sem objetivos claros, mas, como pudemos perceber, ainda persiste no imaginário dos educandos e, muitas vezes, dos educadores, principalmente aqueles que não tiveram acesso a esse ensino de forma mais significativa. Em muitos casos, o ensino/aprendizagem de arte é desenvolvido – quando é – somente com atividades artísticas que são as ilustrações, a decoração de sala e festejos escolares, colorir mandalas, enfim, atividades sem fruição e sem contextualização do tempo e espaço.

Outra questão está relacionada à falta de conexão entre as culturas dos educandos e as práticas de ensino/aprendizagem

de arte; poucas vezes, consideram-se os conhecimentos prévios dos educandos ou dialoga-se com eles, sobressaindo o conteúdo a ser ministrado. Isso pode ser percebido de alguma forma na prática da atividade artística desenvolvida apela educadora da cidade de Catuti/MG.



FIGURA 1 – Painel da turma de Ilha Grande I.  
Fonte: Acervo de Cláudia Regina dos Anjos

Embora a educadora tenha lançado mão de um conteúdo fundamental do ensino de Artes Visuais, utilizou o desenho, de acordo com seu depoimento, para ilustrar uma história, sem uma reflexão da expressão dos educandos e sem relacioná-la com suas vivências, minimizando as possibilidades de conexão entre a experiência do educando e as expressões artísticas locais e regionais.



FIGURA 2 – Desenho da turma de Ilha Grande I.  
Fonte: Acervo de Cláudia Regina dos Anjos.

Mesmo que ainda exista a ideia de atividade artística, a arte não é esvaziada de conteúdos. Segundo Barbosa (2005b, p. 100),

através da arte, é possível desenvolver a percepção e a imaginação para aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a capacidade criadora de maneira a mudar a realidade que foi analisada.

Existe aí uma lacuna, pois a maioria das pessoas, sobretudo as educadoras do CND, não teve uma experiência significativa em arte como estudantes. Essa dificuldade é transposta para seu trabalho como educadora. Se não houver uma formação continuada que proporcione o conhecimento desse ensino e a sua reflexão, os educadores ainda permanecerão com essa dificuldade.

Essa questão é passível de entendimento, pois não existe um investimento para o acesso e o desenvolvimento desse conhecimento na formação do educador e vivência apontados por Barbosa, seja pelo fato de que, no Brasil, histórica e culturalmente, a arte esteve sempre a serviço das elites, seja pelo fato de ser reservada somente às pessoas que tivessem nascido com o dom para tal. Isso é evidenciado nas ações particulares e nas políticas públicas do país desde a chegada dos jesuítas ao Brasil. O acesso à arte, para a maioria da população brasileira, está ainda sob a responsabilidade da escola, embora locais como museus, centros culturais, meios de comunicação, especialmente, a internet, dentre outros, configurem-se atualmente como canais mais democráticos de acesso à arte (ANJOS, 2008).

Por isso, torna-se fundamental o ensino/aprendizagem de arte na educação escolar, sobretudo, na EJA. É tendo a oportunidade de experimentar a expressão artística por meio de materiais e vivências, do acesso à construção histórica e cultural da humanidade e da reflexão sobre sua produção artística que o educando mobiliza e amplia sua formação como cidadão consciente de suas potencialidades e significa o contexto em que está inserido.

Segundo Ott (2002), podem ser identificados numa comunidade objetos com significados estéticos e ideias artísticas que podem ser referência para a aprendizagem em arte. Numa comunidade em que a exclusão aos bens artísticos e culturais é uma marca registrada, o desenvolvimento de sua capacidade crítica e criadora torna-se prioridade.

Esse vazio que as expressões artísticas e estéticas vêm ocupando na escolarização, no CND, nos remete, dentre outras, à ideia de que é fundamental esse ensino porque a arte é, como expressão, “aguçadora dos sentidos, transmite significados que não podem se transmitidos por meio de nenhum outro tipo de linguagem, tal como discursiva ou a científica”. (BARBOSA, 2005b, p. 99)

Nesse sentido, o educando mesmo não dominando o código de leitura e de escrita, pode desenvolver seus conhecimentos, reflexão e produção artística, pois, a “arte é educacionalmente importante por equipar indivíduos com relevantes ferramentas para desenhar o seu mundo” (EFLAND, 2005, p. 343).

Por isso, é necessário que a produção artística do educando da EJA ocorra de maneira integrada nos diversos momentos do trabalho, sobretudo da alfabetização. Aqui está a conexão entre o ensino/aprendizagem de arte e alfabetização na concepção de Freire (2007). Para esse educador, “a palavra do mundo precede a leitura da palavra”. Ou seja, é necessário refletir e buscar todos os sentidos e significados possíveis da palavra. As indicações contemporâneas para o ensino/aprendizagem de arte apontam para a reflexão, a produção e a contextualização da obra de arte, sendo o sujeito a centralidade do processo.

Para que o educando se sinta mais seguro, capaz e sujeito da construção de seu conhecimento, é importante que os conteúdos e temas que vão ser desenvolvidos sejam de acordo com os interesses pessoais ou partir de objetos trazidos por eles, da observação de paisagens naturais e/ou construídas, da história da formação do povo brasileiro, das influências na arte das etnias que constituem nosso povo, dos esportes, dos sentimentos, da mídia, dos sons, dos movimentos, das cores, da vida e obra de artistas já consagrados ou artistas de sua comunidade, do artesanato, de períodos da história da Arte etc. O fundamental é perpassar pelos “sujeitos”, com suas histórias de vida, seu cotidiano: o trabalho, a família; suas emoções, a ética, etc.

Mas, afinal que concepção de arte estamos falando? Recordemos a Bosi (1991) na perspectiva de que a arte é um fazer, portanto uma constante construção. Mas o que isso significa?

Entende-se por isso produção, movimento, trabalho. Dessa forma, a arte é uma ação humana. Bosi (1991, p. 13) diz que “a arte é um

conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela natureza e pela cultura”.

Essa ideia retira a possibilidade de a arte ser concebida como algo divino, um dom que algumas pessoas possuem para a criação, uma vez que a produção e o trabalho nos remetem às experimentações, à pesquisa, às modificações, ao processo.

O prazer estético instiga a criação encontrando no jogo a sua forma de experimentar esse prazer. Configura-se em processos subjetivos, portanto simbólicos em que a apresentação<sup>2</sup> exerce papel fundamental da existência humana. O fato de os educandos não gostarem de desenhar ou achar perda de tempo realizar um desenho é um exemplo da falta de conhecimento e reconhecimento dessa expressão artística. O jovem e o adulto aprendem e produzem o que é significativo para a vida deles, por isso, quando reconhecem e acessam essas significações, passam a demandar a aprendizagem dos conteúdos relacionados. Muitos traduzem isso como uma resistência para a aprendizagem de outros conteúdos que não estejam relacionados com a alfabetização e a matemática. O jovem e o adulto são abertos aos conhecimentos, mas não podem demandar o que não conhecem, por essa razão, discordamos da resistência. Não se pode resistir ao que não se conhece.

Esse é um argumento fundamental para se pensar em construção humana. Construir é uma ação que pressupõe trabalho, portanto, transformações. Em arte essa transformação está atrelada a um exercício grande de representação do conhecimento e expressão.

Nesse sentido, a arte é também conhecimento. Mas como podemos entender isso? Para criar o artista aciona a percepção ou a memória para tornar consciente esse momento. Segundo Bosi (1991, p. 27), no ato da apresentação ou formalização desse pensamento, ocorrem e

concorrem sensações e imagens, afetos e ideias; numa palavra, movimentos internos que se formam em correlação estreita com o ‘mundo’ sentido, figurado, pensado. Esse vínculo é, à sua maneira, cognitivo.

Nesse sentido, a arte é conhecimento, construção e expressão. Portanto, uma ação cognitiva imaginativa. Destrinchando os conceitos, a arte é construção porque pressupõe ação, fazer, intencionalidades. Essa construção está relacionada à transformação, mas não ao controle; pelo contrário, sugere modificações e subjetividades porque envolve dimensões humanas como sensações, percepções, em que o domínio e o controle não são presumíveis. São apresentações, combinações sensoriais e corporais que se materializam em imagens/movimento/som. Mas para essa operação é necessário que o sujeito/indivíduo acione suas vivências, experiências. É fruir, contextualizar e fazer arte. Esse é um conceito relevante para entendermos a arte como conhecimento. A arte é expressão porque consiste na relação tensionada entre força e forma. É a materialização das estruturas internas (percepções, valores, sensações, etc.) com os símbolos/signos externos.

Portanto, está relacionada à imaginação cognitiva, no sentido da construção, conhecimento e expressão, potencializada no seu ensino como contextualizar, fruir e fazer.

No que se refere à EJA essa concepção, dentre outras, é fundamental, pois a relação que os educandos têm com a memória e suas experiências de vida estão diretamente relacionadas ou podem estar com essa possibilidade de representação. Suas culturas, no entanto, são elementos fundamentais para a potencialização dessa representação, além de se constituírem como um processo de trabalho. Na complexidade de suas culturas não é possível pensar em arte sem pensar no mundo sentido, figurado e pensado pelos jovens e adultos sujeitos de sua formação, sobretudo escolarizada. Trocando em miúdos, esses sujeitos ao mesmo tempo

<sup>2</sup> Conceito relacionado às maneiras de pensar o fruidor e o educando como coparticipantes do processo de criação artística ou da obra de arte.

em que acionam os conhecimentos construídos do mundo que os cerca, têm a capacidade de construir outro mundo, portanto, outros conhecimentos. Esse movimento pode aqui denominar-se "transformação", pois parte do princípio dos entrelaçamentos de culturas, conforme o conceito de cultura em Geertz (1989).

Como exemplo da concepção de arte assumida neste texto – construção, conhecimento e expressão –, foram selecionadas imagens da Casa do Artesão da cidade de Palmópolis/MG, onde funciona turmas do CND. Assim como outras cidades do Vale do Jequitinhonha, Palmópolis apresenta um material didático riquíssimo para o ensino/aprendizagem de arte: as produções locais e as obras originais. Nesse aspecto, é fundamental que o educando tenha acesso às obras de arte, sejam reproduzidas e ou originais; o importante é que o educando visualize e que tenha a oportunidade de conhecer o processo de produção de uma obra de arte ou um objeto artístico. Isso não quer dizer que as reproduções por meio de fotos; imagens de revistas, jornais; vídeos, entre outros, não sejam importantes, ao contrário, quanto mais acessar diferentes suportes melhor será para a construção de seu repertório imagético. Em relação às reproduções, Ott (2002) alerta que, além de estarem a serviço do ensino, são recursos valiosos para o currículo escolar, mesmo que tenha autores que considerem fundamental para o ensino/aprendizagem da arte o contato com as obras originais. Não desconsiderando essa importância, mas lembrando as condições sociais, econômicas e culturais de famílias brasileiras, sobretudo dos educandos de EJA, a possibilidade de se deslocar para os museus e galerias não é tão simples; na maioria das vezes inexistente. Depende de recursos externos, de várias outras circunstâncias, apesar de ser um importante meio para a aprendizagem em arte. Além disso, não se pode deixar de destacar a pouca tradição e valor atribuídos à arte como recurso e conteúdo de aprendizagens e, ainda, a falta de hábito de se frequentar museus e outros locais que abrigam a arte ou que promovem atividades artísticas etc.

Um exemplo disso é a falta de conhecimento e reconhecimento do educando em relação à Casa do Artesão em Palmópolis, aliás, não somente dos educandos como da população em geral. Muitos nem sequer sabem da existência desse espaço ou aqueles que sabem pensam que é lugar frequentado apenas por artistas. Mesmo com maior democratização dos bens artísticos e culturais (internet, museus abertos a todos, espetáculos em praças e ruas, etc.), ainda para a maioria da população, sobretudo do interior e do campo, o acesso é muito restrito.

Dessa forma, essa casa poderia constituir-se como um espaço/tempo de aprendizagem em arte para os educandos de EJA. Isso, é claro, se a educadora tiver condições e conhecimento para utilizar esse espaço. Ela poderia construir com os educandos a estratégia para se comunicarem com a comunidade por meio das obras e dos artistas e artesão da cidade. Mas a realidade apresentada aos educadores do CND nos possibilita a reflexão do como pensar esse espaço como ambiente alfabetizador para os educandos, uma vez que a educadora não teve uma formação inicial suficiente nessa área do conhecimento nem mesmo a formação do programa contemplou esse conteúdo.



FIGURA 3 – Casa do Artesão – Palmópolis.  
Autor: Acervo de Luiz Olavo Fonseca.



FIGURA 4 – Casa do Artesão – Palmópolis  
Autor: Acervo de Luiz Olavo Fonseca.

O fenômeno da expressão está carregado de conteúdo, de intencionalidades. Portanto, o planejamento, o trabalho e a ação são necessários para que as intencionalidades sejam materializadas.

## Conclusão

Podemos concluir que este trabalho de formação voltada para educadores que atuavam em um programa que atendia à alfabetização em mais de 200 cidades do norte/nordeste/centro do Estado foi uma ação significativa do Fórum Mineiro de EJA. Além da abrangência territorial foi possível compreender a organização de várias comunidades para efetivação do direito a escolarização. Permitiram também, intensas e densas reflexões sobre as possíveis dificuldades perante a realidade dos educadores que trabalhavam na zona urbana e na zona rural, onde a maior parte do atendimento do programa era em regiões do Estado marcadas pela precariedade, falta de materiais e suportes pedagógicos, por um lado, e riqueza cultural, por outro.

Essa diversidade nos permitiu várias aprendizagens, sobretudo o respeito a essa diversidade e a reflexão de como implicá-la da prática docente. Para isso, foram necessárias muitas reflexões, debates, experimentações no grupo de assessores.

No que se refere à prática docente, destacou-se o envolvimento das educadoras no processo de construção do conhecimento escolar dos educandos e, sobretudo, a importância de estar próximos dos educandos, de ser da mesma comunidade.

Em relação ao ensino/aprendizagem em arte, percebemos que muito ainda há que fazer. Embora seja uma área de conhecimento e da cultura, pouco se desenvolve e se implicam os educandos nessa possibilidade de construção do conhecimento. Havia educadores que trabalhavam ou pelo menos tentavam trabalhar o desenho, a música, o artesanato, mas sem ligação com a arte ou com os processos de criação artística e estética. Isso nos permite concluir que, embora seja um conhecimento fundamental na formação humana, os educandos têm pouco acesso a ele. É preciso investir nessa área do conhecimento, sobretudo, na EJA e em lugares onde a arte muito presente como o Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas. Mas o caminho já foi iniciado, resta dar-lhe continuidade.

### **POSSIBLE INTERLACEMENTS: FORUM OF EJA, PROGRAM "CITIZEN NOTE TEN" AND SIGNIFICANT EXPERIENCES IN ART**

*This article, discusses the space and the time of learning of Art in the program "Citizen note ten" (CND). Reflecting concerning the process of youth's and adults literacy that, for several reasons, were not literate in the childhood, sought to answer the question of which is the space/time that the teaching of Art occupied in that process developed in CND, which artistic expressions are developed by the educators in their classes and as that it happens.*

**Keywords:** Literacy. Education of Youths and Adults. Teaching of Art.

### Abstract

## Résumé

### DES ENTRELACEMENTS POSSIBLES: FORUM EJA, LE PROGRAMME "CIDADÃO NOTA DEZ" ET DES EXPÉRIENCES SIGNIFICATIVES DANS L'ART

Dans cet article, nous discutons l'espace et le temps d'apprentissage de l'art dans le programme "Cidadão Nota Dez" (CND). En réfléchissant sur le processus de l'alphabétisation des jeunes et des adultes qui, pour diverses raisons, n'ont pas été alphabétisés dans le processus de l'enfance, nous avons cherché à répondre à la question de ce qui est l'espace/temps que l'enseignement de l'art occupait dans ce processus mis au point dans le CND, quels expressions artistiques sont développés par les enseignantes dans leurs classes et comment cela se produit.

**Mots-clés:** L'alphabétisation. L'éducation des Jeunes et des Adultes. L'enseignement de l'art.

## Referências

ANJOS, Cláudia Regina dos. *Imagens visíveis, imagens invisíveis*: um estudo de caso sobre o ensino da arte numa escola da rede Municipal de Belo Horizonte. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Arte/educação contemporânea*: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005b.

BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 1971, retificada em 18 ago. 1971. Revogada pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 7 maio 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2013.

EFLAND, Arthur D. Cultura, sociedade, arte e educação num mundo pós-moderno. In: GUINDSBURG, J.; BARBOSA, Ana Mae (Org.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 173-188.

FREIRE, Paulo. *A educação como prática da liberdade*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

OTT, Robert William. Ensinando crítica nos museus. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Arte-educação: leitura no subsolo*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 111-140.

Recebido em 30/5/2013

Aprovado em 30/6/2013

# O Financiamento da Educação de Jovens e Adultos na perspectiva dos Fóruns de EJA do Brasil

MARIA APARECIDA ZANETTI\*

## Resumo

Neste artigo, buscou-se caracterizar a política de financiamento da EJA com base nos fundos contábeis estaduais – Fundef e Fundeb. Para tanto, revisitaram-se os relatórios dos Encontros Nacionais e Encontros Regionais de EJA, organizados pelos Fóruns de EJA do Brasil, evidenciando suas pautas e propostas de ação referentes ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos e ao atendimento com qualidade do direito de todos à educação.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Fóruns de EJA. Financiamento.

## Introdução

Passemos de fato a uma organização social e política com capacidade de intervenção orgânica no campo da política pública de educação. Política esta que, cada vez mais deixa de ser aquela que o outro vai assumir, mas aquela que cada um de nós e nossos segmentos temos que assumir. (FÓRUNS DE EJA BRASIL, 2007)

\* Pedagoga. Professora na Universidade Federal do Paraná, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação, Membro do Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos desde a sua constituição em 2002, Representante do Fórum Paranaense no Coletivo Nacional dos Fóruns de EJA do Brasil. Endereço eletrônico: cidazanetti@yahoo.com.br